

HABEAS CORPUS Nº 546.952 - SP (2019/0349236-5)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : ANA CAROLINE CARDOSO DOS SANTOS
ADVOGADO : ANA CAROLINE CARDOSO DOS SANTOS -
SP399134
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : EDSON ROBERTO DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

EDSON ROBERTO DOS SANTOS requer a reconsideração da decisão de fls. 24-25, em que indeferi liminarmente o *writ* em razão da insuficiência na instrução.

Juntada a peça faltante (fl. 28), conheço do *mandamus* e passo ao exame do pedido de urgência.

A defesa alega que a data base para a progressão ao regime aberto deve ser a data em que o sentenciado preencheu o lapso temporal para a progressão ao regime semiaberto, independentemente da data da decisão judicial que deferiu o benefício, tendo em vista seu caráter declaratório, razão pela qual **requer a alteração da data-base para nova progressão.**

Decido.

Consoante asseverado pela Corte de origem, "para a concessão de novos benefícios, na elaboração do cálculo, há que se considerar a data da efetiva entrada do agravante no novo regime e não da data da obtenção temporal dos requisitos" (fl. 18). Ainda, asseverou que "a data base passa a ser computada a partir do dia em que o apenado efetivamente ingressou no regime mais brando, não havendo prosperar a tese de que o novo marco interruptivo seria contado a partir da data em que teria implementado o requisito objetivo, na medida em que a progressão de regime se sujeita, também, ao implemento do requisito subjetivo" (fls. 18-19).

A respeito do tema, urge consignar que este Superior

Tribunal é firme em assinalar que a **data-base para subsequente progressão de regime é aquela em que o reeducando preencheu os requisitos objetivo e subjetivo do art. 112 da Lei de Execução Penal.**

Prevalece o entendimento já adotado pelo Supremo Tribunal, de que a **decisão que defere a progressão de regime é declaratória**, e não constitutiva. Não se pode desconsiderar, em prejuízo do sentenciado, o período em que permaneceu cumprindo pena enquanto o Judiciário analisava seu requerimento de progressão.

Ilustrativamente:

[...] A Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça - STJ, acompanhando o posicionamento adotado pela Suprema Corte no HC n. 115.254, Relator o Ministro Gilmar Mendes, modificou seu entendimento no sentido de que, nos casos em que houver excesso de prazo na apreciação do pedido de progressão de regime prisional, a data inicial para a progressão de regime deve ser aquela em que o apenado preencheu os requisitos do art. 112 da Lei de Execução Penal, e não a data da efetiva inserção do reeducando no atual regime (AgRg no REsp 1.582.285/MS, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 24/08/2016) [...] (**HC n. 449.221/RJ**, Rel. Ministro **Joel Ilan Paciornik**, 5ª T., DJe 29/6/2018).

[...]

3. **Flagrante ilegalidade.** A data-base para subsequente progressão de regime é aquela em que o reeducando preencheu os requisitos do art. 112 da Lei de Execução Penal e não aquela em que o Juízo das execuções deferiu o benefício.

4. **Agravo regimental improvido.** Ordem concedida de ofício a fim de determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem para considerar a data-base para progressão de regime a data de implementação dos requisitos [...] (**AgRg no REsp n. 1721008/SP**, Rel. Ministro **Sebastião Reis Júnior**, 6ª T., DJe 6/6/2018).

À vista do exposto, com fulcro no art. 34, XX, do RISTJ, **concedo, in limine, a ordem** para fixar a data em que o apenado cumpriu os **requisitos objetivo e subjetivo** para a promoção ao regime semiaberto como termo *a quo* a ser observado em futuro pedido de progressão de

Superior Tribunal de Justiça

regime.

Publique-se e intime-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ
Relator